

#### 4. A SOCIEDADE REIFICADA E A POSSIBILIDADE OBJETIVA DE SEU CONHECIMENTO NA OBRA DE LUKÁCS\*

A análise de Lukács da sociedade moderna, no conjunto de suas manifestações, através da categoria da *reificação*, foi uma das fontes mais estimulantes e mais férteis da teoria social crítica no século XX. Condenada pelos representantes de um pretenso marxismo "ortodoxo" (Deborin, Rudas, Zinoviev etc.), renegada por seu próprio autor, rejeitada pela sociedade universitária conformista, a problemática da reificação, formulada por Lukács em *História e Consciência de Classe* (1923), exerceu entretanto uma influência subterrânea poderosa, antes de conhecer uma espécie de "renascimento" a partir dos anos 60.

A ambição de Lukács era talvez desmedida: ele queria, através do conceito de reificação, construir uma grade teórica

\* Extraído de *Recherche Sociale*. Paris, 1969.

capaz de decifrar a multiplicidade dos hieróglifos sociais de nossa época, desvelando a estrutura oculta comum aos principais fenômenos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade industrial capitalista. Quer ele tenha conseguido ou não, não podemos negar a ousadia e a originalidade da empresa, sua envergadura e sua coerência.

A visão da sociedade desenvolvida por Lukács nada tem de neutra ou de *Wertfrei*: ela é, e se quer, decididamente *partidária e crítica*. Seu objetivo não é somente descrever ou explicar, mas criticar *radicalmente* (no sentido etimológico: pela raiz) a ordem social estabelecida e seu fundamento econômico: a mercadoria, abrindo, assim, caminho para sua abolição prática. Sua análise sociológica, a dimensão científico-social de sua obra, esta indissoluvelmente ligada a uma *Weltanschauung* política e ética, que dá a toda sua teoria da reificação uma tendência, uma significação, uma perspectiva determinada. Todavia, o objetivo da teoria não é de opor à sociedade existente um ideal, um *Sollen* abstrato, uma utopia qualquer, e sim descobrir e iluminar criticamente as contradições objetivas do ser social, as antinomias reais do universo social capitalista e as possibilidades objetivas de sua superação pela práxis revolucionária.

A problemática da reificação como categoria central para a compreensão da sociedade moderna resulta em Lukács de uma fonte dupla: de um lado, é claro, *O Capital* de Marx, principalmente o célebre capítulo sobre o fetichismo da mercadoria no Livro I, assim como as passagens sobre a coisificação (*Ver-sachlichung*) do Livro III (a análise do capital a juros etc.); do outro lado, as análises da sociologia alemã sobre a sociedade capitalista industrial, particularmente de Tönnies (*Comunidade e Sociedade*), Max Weber (*Economia e Sociedade*) e Simmel (*A Filosofia do Dinheiro*). A crítica da *Gesellschaft* moderna, de seu racionalismo impessoal e calculista, de sua mercantilização e mecanização brutal, de sua submissão ao poder totalitário do dinheiro, é um dos *leitmotives* da sociologia alemã na passagem do século. Esta tendência anticapitalista tinha uma coloração mais ou menos romântica, na medida em que continha, implícita ou explicitamente, uma atitude nostálgica com relação à *Gemeinschaft* pré-capitalista, às formas mais "orgânicas" da vida comunitária do passado. Para os mais lúcidos entre os grandes sociólogos alemães, a dominação do capitalismo industrial era considerada um processo irreversível, ao qual era preciso se resignar, mas a dimensão crítica, de origem romântica, permanece

ativa em suas obras e dá-lhes essa qualidade particular que as distingue das apologias superficiais da ordem industrial que caracterizam a sociologia positivista francesa ou anglo-saxônica dessa época.

O próprio Lukács foi discípulo de Simmel e de Max Weber; participante ativo, com seu amigo Ernst Bloch, do Círculo Max Weber de Heidelberg, ele se encontra num dos principais centros de cristalização da sociologia e da filosofia social anticapitalista romântica. O itinerário intelectual de Lukács de 1909 a 1922 (o momento no qual ele escreve *História e Consciência de Classe*) é o de uma lenta caminhada do romantismo anticapitalista em direção à visão do mundo marxista<sup>1</sup>. A teoria da reificação elaborada em 1922 é a expressão desse movimento: claramente situada no terreno do marxismo, ela constitui ao mesmo tempo uma *Aufhebung* dialética da etapa anterior; a crítica romântica do capitalismo não é pura e simplesmente eliminada, mas negada – conservada –, superada: Lukács integra alguns de seus elementos em sua perspectiva marxista de conjunto, atribuindo-lhes, porém, um sentido e uma significação radicalmente novos. Como o destaca Andrew Arato, no seu notável ensaio sobre a teoria lukacsiana da reificação, os conceitos e categorias de Max Weber (por exemplo) são utilizados por Lukács apenas "na medida em que eles são requeridos pelo desdobramento de um quadro marxista dinâmico"<sup>2</sup>. Logo, não se trata de uma combinação eclética entre marxismo e romantismo, mas de uma rearticulação de certos temas de origem romântica no interior de uma estrutura marxista, de maneira análoga ao procedimento de Marx em relação (por exemplo) aos socialistas utópicos. Evidentemente, para admitir a legitimidade de tal procedimento é preciso, antes de tudo, reconhecer que a sociologia anticapitalista romântica alemã (como, inclusive, o socialismo utópico) não é simplesmente uma "ideologia" a ser relegada às trevas exteriores por um implacável "corte episte-

1. Não podemos desenvolver, nos limites deste artigo, as etapas e a significação desse itinerário. Para esse propósito, remetemos, à nossa obra *Pour une sociologie des intellectuels révolutionnaires: l'évolution politique de Lukács 1909-1929*, Paris, Presses Universitaires de France, 1976. Editado no Brasil pela Editora Ciências Humanas (*Por uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*).

2. Andrew Arato, "Lukács Theory of Reification", *Telos*, nº 11, Spring 1972, p. 33.

mológico”, nem uma doutrina puramente reacionária e obscurantista oposta a todo progresso técnico e científico, e ainda menos uma *Weltanschauung* estritamente irracionalista que conduz, em última análise, ao fascismo (versão apresentada – infelizmente – pelo velho Lukács em *A Destruição da Razão*, 1953).

A crítica da sociedade capitalista industrial pelos sociólogos neo-românticos contém um “núcleo racional”, apesar de suas ilusões passadistas e suas inclinações metafísicas, um núcleo composto de intuições férteis que se revelaram, no decurso do século XX, muito mais pertinentes que o “progressismo” beato de um Auguste Comte ou de um Herbert Spencer.

Uma das razões da riqueza excepcional da teoria lukacsiana da reificação é precisamente sua *Aufhebung* da herança romântica anticapitalista, sua capacidade de incorporar e reelaborar criticamente certas intuições da sociologia alemã no começo do século, no contexto de uma análise rigorosamente fundada no materialismo histórico<sup>3</sup>.

É claro que Lukács parte de *O Capital* de Marx, de sua análise do fetichismo e da coisificação, ao nível do processo de produção; mas ele vai além da esfera propriamente econômica, para abordar o conjunto da vida social, nas suas manifestações políticas, culturais etc., à luz do fenômeno da reificação. Ele tenta inserir a contribuição da sociologia alemã nestes dois níveis (econômico e social), nos seus aspectos convergentes ou complementares com a problemática marxista.

O termo *reificação* (neologismo utilizado para exprimir o conceito alemão *Verdinglichung*, que poderíamos também traduzir por coisificação) designa para Lukács o processo através do qual os produtos da atividade, do trabalho humano (e o próprio trabalho) se tornam um universo de coisas e relações entre coisas, um sistema “coisificado” independente e estranho aos homens, que os domina por suas próprias leis<sup>4</sup>. Para ele, trata-se de um fenômeno “fundamental, geral e estrutural de toda

3. Ver, a esse respeito. Paul Breines, “Marxism, Romanticism and the Case of Georg Lukács: Notes on Some Recent Sources and Situations”, *Studies in Romanticism*, vol. 16, Fall 1977.

4. Lukács, *Histoire et Conscience de Classe*, 1923, Editions de Minuit, 1960, pp. 113-114. Cf. o original alemão *Geschichte und Klassenbewusstsein*, in Lukács, *Werke*, Band 2, Newied, Luchterhand, 1968, p. 261.

sociedade burguesa”, cuja base material é o reino onipresente da mercadoria. No capitalismo, a mercadoria torna-se a forma universal que conforma a sociedade nos seus diferentes níveis e instâncias. Pela primeira vez na história, todas as dimensões da vida social são submetidas (ou pelo menos tendem a sê-lo) a um processo econômico unitário, ou seja, às “leis naturais” da produção de mercadorias. O problema da relação mercantil reificada não é, portanto, uma questão particular da ciência econômica, porém, “o problema central, estrutural, da sociedade capitalista em todas as suas manifestações vitais”, “o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa”<sup>5</sup>.

Na esfera do processo de produção e reprodução material, a expressão mais acabada da reificação é a transformação do próprio homem, do trabalhador, em coisa, em mercadoria que se vende e em apêndice da máquina: “Ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que encontra em sua frente, acabado e funcionando numa total independência em relação a ele, às leis do qual ele deve se submeter”. As propriedades qualitativas, humanas e individuais dos trabalhadores são eliminadas em benefício do aspecto puramente quantitativo do tempo de trabalho, abstrato e racionalmente calculável, minuciosamente parcelado, objetivado e destacado do conjunto da personalidade do trabalhador (sistema Taylor). Na produção capitalista industrial, fundada no cálculo racional do lucro a partir das “leis naturais” do movimento das mercadorias, as qualidades humanas particulares do trabalhador só podem aparecer como uma “fonte de erros”. Na sociedade burguesa moderna, “o princípio da mecanização e da possibilidade racional de calcular tudo deve englobar o conjunto das formas de manifestação da vida. Os objetos que respondem à satisfação das necessidades não aparecem mais como os produtos do processo orgânico da vida de uma comunidade (como, por exemplo, numa comunidade camponesa)...”<sup>6</sup>.

Esta análise, e em particular a comparação com a *Gemeinschaft* tradicional, é evidentemente influenciada pela sociologia alemã, principalmente de Tönnies, Simmel e Max Weber. En-

5. Lukács, *Histoire et Conscience de Classe* (HCC), pp. 109, 112, 120, 127.

6. HCC, pp. 115-119.

tretanto, não há na obra de Lukács, contrariamente aos neo-românticos alemães, nenhuma nostalgia das sociedades pré-capitalistas do passado, nas quais, a seu ver, “os meios para extorquir o sobretrabalho são ainda mais abertamente brutais que nas etapas posteriores e mais evoluídas”<sup>7</sup>. Trata-se de uma crítica à mecanização, quantificação, desumanização (*entmenslichung*) e reificação do processo de trabalho na grande indústria capitalista, em nome de uma perspectiva de futuro socialista, crítica fundada diretamente nas observações do próprio Marx no Livro I de *O Capital*. Além disso, Lukács rejeita explicitamente as concepções “passadistas” desenvolvidas pelo “romantismo alemão, a escola histórica de Direito, Carlyle, Ruskin etc.”, para os quais “o conceito de ‘crescimento orgânico’ tem um tom cada vez mais nitidamente reacionário como palavra de ordem de luta contra a reificação”<sup>8</sup>.

Certos críticos marxistas de Lukács, como Coletti, embora reconhecendo que sua análise da reificação não poderia ser assimilada à dos românticos, pensam que “centelhas de crítica romântica nela se acendem freqüentemente”, conduzindo a posições retrógradas. Por exemplo, segundo Coletti, Lukács comete o erro de situar no mesmo plano “a reificação, a privação da alma, a mecanização crescente”, e de pensar que o mal não está no uso capitalista das máquinas mas, antes de tudo, no próprio uso das máquinas<sup>9</sup>.

Ora, o que faz a atualidade da problemática lukacsiana (e de certas “centelhas de crítica romântica”) é precisamente a recusa em considerar o processo técnico de produção como neutro; a compreensão (ou intuição) de que o capitalismo produz não somente um certo uso das máquinas, mas também uma *estrutura determinada* das próprias máquinas e do sistema mecânico de produção, estrutura essa desumanizante, reificada e opressiva. A crítica à submissão total do trabalhador à máquina, à parcelização mecânica e embrutecedora das tarefas, do taylorismo, é hoje um dos temas mais importantes do pensamento marxista, desenvolvido com perspectivas diferentes por autores como Marcuse, André Gorz, Ernest Mandel, Robert Linhardt etc. – tema cujas premissas se encontram inclusive em *O Capi-*

7. HCC, p. 119.

8. HCC, pp. 172-173, nota.

9. Coletti, *Le marxisme et Hegel*, 1969, Paris, Editions Champ Libre, 1971, p. 189.

tal do próprio Marx<sup>10</sup>. Na sua recente obra sobre o capitalismo tardio (*Spätkapitalismus*), Ernest Mandel critica o caráter reificado da ideologia do “racionalismo tecnológico” (inspirando-se inclusive nos trabalhos de Leo Kofler, um discípulo de Lukács) e rejeita sua apologia fatalista do sistema técnico existente:

Por que, em um contexto social radicalmente transformado, os homens, em grande medida liberados da obrigação do trabalho mecânico, mas desenvolvendo plenamente suas capacidades criadoras, seriam incapazes de desenvolver uma técnica “qualitativamente diferente”, adaptada às necessidades da “rica individualidade?”<sup>11</sup>.

É claro que a alternativa à reificação capitalista não é, para Lukács, a volta à aldeia “orgânica”, à *Gemeinschaft* rural, ou à técnica artesanal de produção, mas uma mudança radical do modo de produção, cuja condição primordial é que “para o proletariado – considerado como classe – seu próprio trabalho deixe objetivamente de ser encarado de maneira autônoma e objetivada”<sup>12</sup>. A alternativa à quantificação universal instituída pelo capitalismo, à dominação reificada do valor de troca, não é o restabelecimento da *Kultur* aristocrata pré-capitalista, mas a submissão da produção ao valor (qualitativo) de uso, às novas necessidades do homem, aos objetivos sociais, éticos e culturais coletivamente definidos pelos produtores associados. Isso não impede que a crítica romântica contra a reificação, a mecanização e a quantificação contenha “centelhas” de lucidez, momentos de clarividência, intuições preciosas que se encontram, negadas-conservadas-superadas, na problemática lukacsiana de 1922.

Ultrapassando o terreno estritamente econômico, Lukács examina o processo de reificação nas outras esferas da vida social. Sua análise do direito e da “máquina jurídica” formal e reificada é diretamente inspirada por Max Weber, de quem cita longamente a célebre passagem de *Wirtschaft und Gesellschaft* onde o juiz, na sociedade capitalista, é apresentado como “mais ou menos um distribuidor automático de parágrafos, no qual introduzimos, por um lado, os dossiês com as despesas e os ho-

10. Ver, por exemplo, *Das Kapital*, I, in Marx & Engels, *Werke*, Band 23, Berlin, Dietz Verlag, 1968, pp. 365-370.

11. Ernest Mandel, *Le troisième âge du capitalisme*, 10-18, Paris, 1976, vol. III, pp. 238-39.

12. HCC, p. 286.

norários para que ele cuspa, por baixo, o julgamento com argumentos mais ou menos sólidos, e cujo funcionamento é, em todo caso, *calculável* no geral”<sup>13</sup>. Suas observações sobre o Estado e a burocracia como máquina reificada, impessoal e formalmente racional, que se caracteriza pela “submissão necessária e total do burocrata individual a um sistema de relações entre coisas”<sup>14</sup>, seguem também de perto os escritos políticos de Max Weber. A diferença entre os dois é que, contrariamente a seu mestre de Heidelberg, Lukács não acredita que a burocracia seja um sistema racional necessário e inevitável (ao qual só pode escapar uma elite cultivada), mas ao contrário, supõe a possibilidade objetiva de destruir-se a máquina burocrática e acabar com a reificação política.

Lukács insiste no fato de que, na sociedade capitalista, nenhuma forma de relação entre os homens escapa à submissão, à forma reificada da objetividade, que transforma cada característica ou qualidade humana em “coisa”, ou então em mercadoria. Por exemplo, o casamento, do qual Kant deu a definição seguinte (com a franqueza ingenuamente cínica dos grandes pensadores): “União de duas pessoas de sexo diferente, com vistas à da posse recíproca, e pela duração da suas vidas, de suas propriedades sexuais”<sup>15</sup>.

Quanto ao intelectual, ele se torna o vendedor de suas faculdades espirituais objetivadas, “coisificadas”, que se autonomizam em relação à personalidade e seguem leis próprias. O exemplo mais típico – Lukács se refere aqui a um ensaio de seu amigo e camarada húngaro A. Fogarasi, publicado na revista *Kommunismus* – é o jornalista que vende (isto é, prostitui) suas convicções pessoais, transformadas numa mercadoria como as outras<sup>16</sup>.

Por outro lado, a reificação se traduz, no nível do pensamento burguês, pelo dilema eternamente insolúvel entre o empirismo e o utopismo, o voluntarismo e o fatalismo: frente às “leis naturais” da sociedade, objetivas/coisificadas, autônomas e inalteráveis, a subjetividade se fecha numa pura interioridade impotente e abstrata. Segundo Lukács, a junção calvinista entre

13. Citado em HCC, p. 125.

14. HCC, p. 128.

15. HCC, p. 129.

16. HCC p. 129

uma ética da prova (ascese intramundana) e a transcendência completa das potências objetivas que movem o mundo e modelam no seu conteúdo o destino humano (*Deus absconditus* e predestinação) “representa, de maneira mitologizante, mas em estado puro, a estrutura burguesa da consciência reificada”<sup>17</sup>. A influência de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Max Weber, sobre esta idéia é evidente – aliás o próprio Lukács o menciona em nota de rodapé – mas vê-se também como Lukács “desvia” o procedimento weberiano e o rearticula no contexto de uma crítica marxista da reificação capitalista.

Quais são as condições de possibilidade de um conhecimento da reificação? Que perspectiva pode rasgar o véu mistificador da “coisidade”? A partir de que ponto de vista podemos descobrir o núcleo social e humano atrás das formas reificadas do universo mercador?

Em torno dessa problemática, Lukács avança alguns elementos para uma sociologia marxista do conhecimento que, apesar de seu caráter fragmentário e não sistematizado, apresentam o maior interesse metodológico. Sua hipótese fundamental é “a íntima interação entre o método científico que nasce do ser social de uma classe, de suas necessidades e do fato de precisar dominar conceitualmente este ser, e o próprio ser da classe”<sup>18</sup>. Em relação à reificação, isso significa que as diferentes classes sociais têm um método cognitivo distinto, e uma capacidade de compreensão diferente do fenômeno, de sua gênese e de sua estrutura. A capacidade ou incapacidade de um economista de ultrapassar a imediaticidade, a forma reificada das relações socioeconômicas, não resulta de suas qualidades individuais, mas do ponto de vista de classe (“o ser social”) ao qual se vincula sua interpretação da realidade.

Para Lukács uma ciência que se situa do ponto de vista da burguesia não pode trazer à luz as formas reificadas; os limites do pensamento burguês se situam já no nível de sua *problemática*, das *questões* que ela coloca ou recusa colocar. As questões sobre o nascimento e o desaparecimento das formas capitalistas e da relação de mercado tendem a se eclipsar do horizonte intelectual que corresponde ao ser social da burguesia, na medida em que para esta “o mundo reificado aparece ... como o único

17. HCC, p. 237.

18. HCC, p. 135.

mundo possível”<sup>19</sup>. O pensamento burguês choca-se, assim, contra a barreira intransponível, pela sua recusa de encarar a historicidade da ordem existente, considerada imutável e regida por “leis naturais”. A consciência de classe da burguesia, que está ligada à situação objetiva da classe, tende a ocultar a realidade “a partir do momento em que surgem problemas cuja solução remete para além do capitalismo”<sup>20</sup>.

Isso não significa, em hipótese nenhuma, que seria preciso fazer *tabula rasa* do pensamento burguês, ignorá-lo como um “erro”, desprovido de valor cognitivo, ou repeli-lo como uma “ideologia pré-científica”. Apesar de seu caráter unilateral, a ciência produzida pelos grandes pensadores originais da burguesia (que é preciso distinguir dos epígonos, ecléticos e apologéticos) é, segundo Lukács, “um momento necessário no edifício metodológico do conhecimento social”<sup>21</sup>. De outro lado, o pensamento burguês pode atingir uma visão clara de problemas particulares, de certas conexões de fatos econômicos, sem no entanto poder superar certos limites precisos na compreensão da totalidade do movimento social e histórico<sup>22</sup>.

Paradoxalmente, Lukács não tenta descobrir as raízes sociais da corrente neo-romântica e não coloca a questão do ponto de vista de classe dos sociólogos alemães nos quais se inspira: Tönnies, Simmel, Weber etc. Há em *História e Consciência de Classe* uma referência interessante ao romantismo anticapitalista (o termo não aparece ainda), a propósito de Sismondi e de Carlyle: os dois são descritos como autores de uma análise do capitalismo e da burguesia de um ponto de vista “feudal e reacionário” mas, ao mesmo tempo, esclarecedor e crítico. A obra de Sismondi constitui, aos olhos de Lukács, o primeiro reconhecimento da verdadeira problemática do capitalismo – apesar de seus objetivos reacionários. Quanto a Carlyle, ele é para Lukács um dos autores que descreveram, de maneira mais rigorosa, “a desumanidade, a essência tirânica e destruidora de toda humanidade inerentes ao capitalismo”, mesmo que sua oposição à reificação moderna, em nome da “organicidade” do passado, tenha – como nos românticos em geral – um caráter “nitidamente reacionário”<sup>23</sup>.

19. HCC, p. 140.

20. HCC, p. 77.

21. HCC, p. 205.

22. HCC, p. 261.

23. HCC, pp. 57, 173, 235, 260.

Lukács não tenta vincular os sociólogos alemães do início do século a essa corrente (ele o fará mais tarde, mas de maneira muito esquemática e negativa, em *A Destruição da Razão*, 1953); ao contrário, contenta-se em classificar Simmel sumariamente sob a insígnia “pensamento burguês”; reconhece contudo que ele pertence a uma categoria à parte: a dos pensadores que não querem negar ou camuflar o fenômeno da reificação, “que mesmo percebendo mais ou menos claramente suas conseqüências humanas desastrosas”, não vão além da simples descrição, que ficam no nível das formas exteriores de aparição (por exemplo, o dinheiro), e sobretudo, que encaram a reificação como um fato intemporal, como o faz, por exemplo, Simmel em *A Filosofia do Dinheiro* (1900), livro que Lukács julga “muito penetrante e interessante nos detalhes”<sup>24</sup>. Depois de sua demonstração vigorosa da impossibilidade de captar, do ponto de vista da burguesia, o fenômeno da reificação (e, ainda menos, de o criticar como desumano), como Lukács explica a aparição de um pensamento “burguês” como o de Simmel? Na realidade, a problemática de Simmel é estreitamente ligada à corrente anticapitalista romântica, que exprime as aspirações, críticas e concepções das camadas pré-capitalistas (não burguesas), como, por exemplo, o mandarinato universitário alemão tradicional, ameaçado pelo desenvolvimento vertiginoso do capitalismo industrial na Alemanha. A incapacidade ou a recusa de analisar as bases sócio-históricas da ciência social alemã na virada do século – quer dizer, de uma das principais fontes de seu próprio pensamento – é uma das limitações mais evidentes da sociologia do conhecimento esboçada por Lukács em *História e Consciência de Classe*. Neste sentido, o silêncio sobre Max Weber é característico: a justeza, a pertinência e o interesse de algumas das análises weberianas do capitalismo, da reificação ou do Estado moderno são sublinhados reiteradamente por Lukács, sem que ele tente colocar a questão do ponto de vista de classe do mestre de Heidelberg. Este silêncio resulta, a nosso ver, do modelo dicotômico utilizado por Lukács, que tende a considerar a burguesia e o proletariado como as únicas classes capazes de desenvolver um ponto de vista globalizante (totalizador) sobre a realidade social, modelo no interior do qual a ciência de Max Weber, com suas estranhas convergências com o marxismo, é rigorosamente “inclassificável”<sup>25</sup>.

24. HCC, p. 123.

25. Cf. HCC, p. 83.

Sabemos que em *A Destruição da Razão* – uma obra marcada pelo cunho stalinista – Lukács vai condenar Max Weber, Simmel, Tönnies, Dilthey etc. ao purgatório dos pensadores “irracionais”, involuntariamente precursores do fascismo. Entretanto, em 1966, em uma conversa com Abendroth, Kofler e Holz, o velho Lukács “pós-stalinista” afirmará:

Hoje não me desagrada ter aprendido os primeiros elementos da ciência social com Simmel e Max Weber, e não com Kautsky. E não sei se não poderíamos dizer que, para minha evolução essa foi uma circunstância favorável<sup>26</sup>.

Com efeito, como ele próprio reconhece implicitamente, a contribuição da sociologia crítica alemã do começo do século foi aproveitada por Lukács para combater a corrente neopositivista, evolucionista e matizada de economismo, que dominava a doutrina oficial da II Internacional, e para modelar sua própria interpretação historicista-revolucionária do marxismo.

Se do ponto de vista da burguesia não podemos rasgar o véu da reificação, e se os pensadores como Simmel ficam no nível da superfície, de que ponto de vista de classe a compreensão autêntica da realidade social capitalista e a dissolução das formas reificadas é possível? Em *História e Consciência de Classe*, Lukács atribui ao ponto de vista do proletariado a possibilidade objetiva de chegar à compreensão da totalidade social e ao conhecimento do substrato real por detrás das múltiplas figuras da reificação. Por que esse privilégio epistemológico para a perspectiva proletária? Precisamente porque, no proletariado, a reificação atinge seu paroxismo, sua forma mais completa e mais radical: ao contrário do capitalista, que tem a ilusão de uma atividade autônoma, o operário é explicitamente reduzido ao estado de pura mercadoria, a uma pura quantidade, a um puro objeto do processo de produção. Portanto, ele tende a resistir a essa reificação total, primeiramente, na medida em que sente as diferenças quantitativas do tempo de trabalho – simples cifra calculável para o capitalista – como “categorias decisivas e qualitativas de toda a sua existência física, mental, moral etc.”<sup>27</sup>. Lukács não desenvolve essa observação, mas ela permite precisamente compreender por que a reivindicação da jornada de

26. *Conversazioni con Lukács*, di Wolfgang Abendroth, Hans Heinz Holz, Leo Kofler, De Donato Editore, 1968, p. 122.

27. HCC, pp. 207-208.

trabalho de oito horas teve um papel tão importante na gênese do movimento operário organizado moderno. A partir dessa primeira resistência à quantificação e à “coisificação” de sua força de trabalho, é sua própria condição de mercadoria (e, por conseguinte, segundo Lukács, o conjunto do sistema reificado) que se encontra questionado pelo trabalhador: “em se manifestando, a objetividade especial deste tipo de mercadoria que, sob um envólucro reificado, é uma relação entre homens, sob uma casca quantitativa, um núcleo qualitativo vivo, permite desvendar o caráter fetichista de toda mercadoria, caráter fundado na força de trabalho como mercadoria”<sup>28</sup>. O reconhecimento de que as formas de objetividade social não são coisas, mas relações entre seres humanos, conduz à sua completa dissolução em processo: a “coisidade” (*Dinghaftigkeit*) do Capital se dissolve no movimento de sua produção e reprodução pelo proletariado, que aparece agora como o verdadeiro sujeito desse processo<sup>29</sup>.

No quadro deste ensaio, não podemos examinar as diversas implicações e problemas levantados por esta tese de Lukács; limitamo-nos a observar que ela poderia facilmente conduzir a um reducionismo sociológico, por exemplo, identificando o conhecimento objetivo da reificação com a consciência de classe empiricamente dada do proletariado. Lukács tenta escapar desse perigo sublinhando que o ponto de vista do proletariado oferece somente a possibilidade objetiva de um conhecimento mais adequado da sociedade capitalista e de suas formas reificadas<sup>30</sup>. O *zugerechnetes Bewusstsein*, a consciência de classe “imputada”, ou, para empregar o termo proposto por Lucien Goldmann, a *consciência possível* do proletariado, que dissolve a petrificação reificada, não é o conjunto de pensamentos empiricamente verificáveis na classe operária num dado momento, mas a expressão racional, adequada, dos interesses objetivos de classe<sup>31</sup>. Em outros termos: o privilégio epistemológico (o termo não é de Lukács) atribuído ao ponto de vista do proletariado em relação às outras classes sociais não significa de modo algum que todo conhecimento que se situa no campo do movimento operário é mais adequado – senão, como explicar que Simmel e

28. HCC, p. 211.

29. HCC, p. 244, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 366..

30. Sobre a diferença entre o conceito de possibilidade objetiva em Max Weber e em Lukács, ver Arato, *op. cit.* pp. 62-63.

31. HCC, pp. 73, 205.

Weber eram, sob certos aspectos, preferíveis a Kautsky? –, mas unicamente que o ponto de vista do proletariado abre a *possibilidade* de um conhecimento qualitativamente superior.

Somente em 1967 Lukács autorizará uma reedição de *Geschichte und Klassebewusstsein*, obra sobre a qual ele produziu, desde o início dos anos 30, uma série impressionante de auto-críticas. O prefácio dessa reedição é apenas o último da série, e dentre as censuras que formula contra o livro de 1923, a mais importante (“erro grosseiro e fundamental”) é de ter – seguindo Hegel – identificado a alienação (*Entfremdung*) com a objetivação (*Vergegenständlichung*). Lukács insiste (em 1967) que a objetivação – pelo trabalho, pela língua etc. – é uma forma necessária de relações humanas, que só se torna alienada quando o ser social objetivo oprime a essência humana<sup>32</sup>.

Esta autocrítica – certamente sincera – merece algumas observações. Primeiramente, o modo pelo qual Lukács a enuncia é, no mínimo, contraditório: referindo-se a *História e Consciência de Classe*, escreve:

A alienação identificada à objetivação, mesmo sendo concebida como categoria social – visto que o socialismo estaria apto a abolir a alienação –, se aproximava, no entanto, da “condição humana”, pela sua existência insuperável (*unaufhebbare*) nas sociedades de classe e, sobretudo, por seu fundamento (*Begründung*) filosófico<sup>33</sup>.

Se a alienação era concebida em *História e Consciência de Classe* como socialmente produzida e historicamente limitada, como acusá-la de um parentesco com as correntes que a apresentavam como uma “condição humana” intemporal? Em que a afirmação de que a alienação não pode ser abolida do interior de uma sociedade dividida em classes depende de uma visão anistórica ou marxista? Lukács pensava, em 1967, que a alienação poderia ser abolida sem que as classes também o fossem?

Além disso, não é exatô que o conceito de reificação em *História e Consciência de Classe* confunde ou identifica a alienação e a objetivação. Desde o início do capítulo sobre a reificação, Lukács indica claramente que sua análise trata das formas de objetividade na *sociedade burguesa*. Não se trata de qualquer *Gegenständlichkeit*, mas de “a objetividade, estranha

32. Lukács, “Vorwort”, 1976, in *Werke*, Band II, pp. 26-27.

33. *Idem*, p. 26.

aos homens, das leis sociais naturais”<sup>34</sup>. Na realidade, Lukács distingue explicitamente, em 1923, entre a objetivação reificada e a que não o é:

O problema metodológico da economia [é] a dissolução das formas fetichistas e reificadas em processos que se desenvolvem entre os seres humanos e se objetivam (*objektivieren sich*) em relações inter-humanas concretas...<sup>35</sup>.

A crítica de Lukács, em 1967, poderia se aplicar, largamente, à sociologia neo-romântica alemã, particularmente a Simmel, para quem a reificação aparece efetivamente como um processo inevitável, como “a tragédia da cultura”, metafisicamente definida. Ora, essa é precisamente a principal acusação que *História e Consciência de Classe* faz a Simmel: conceber as formas reificadas como “tipo intemporal de possibilidades humanas de relações”, destacadas de seu fundamento concreto: o capitalismo<sup>36</sup>.

Apesar das repetidas autocríticas de Lukács e sua interdição da reedição da obra de 1923 (que se tornou uma raridade), a tese da reificação desenvolvida em *História e Consciência de Classe* exercerá uma influência notável sobre o pensamento marxista alemão “heterodoxo”, principalmente sobre a Escola de Frankfurt e Herbert Marcuse. Na França, apenas por intermédio da obra pioneira de Lucien Goldmann as teses de Lukács começaram a ser conhecidas. Goldmann publicará em *Les Temps Modernes*, de fevereiro de 1959, um ensaio intitulado “A Reificação”, que terá uma ressonância considerável. Partindo das teses lukácsianas, o ensaio é muito mais do que um resumo do capítulo de *História e Consciência de Classe*: desenvolve e enriquece, de maneira surpreendente e original – principalmente pelo notável esboço das conseqüências extra-econômicas da reificação – a problemática do filósofo húngaro. Contudo, no final do artigo, Goldmann avança uma tese que nos parece discutível: a introdução de elementos de planificação nas economias capitalistas (nacionalizações, intervenção maciça do Estado), depois de 1933, conduziria a um reforço do papel do valor de uso e, portanto, a um “enfraquecimento progressivo” da reificação<sup>37</sup>. A nosso ver, a intervenção do Estado capitalista é

34. HCC, pp. 109, 114.

35. HCC, p. 230, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 371.

36. HCC, p. 123.

37. Lucien Goldmann, “La réification”, in *Recherches Dialectiques*, Paris, Gallimard, 1959, p. 101.



sempre, em última análise, determinada pelas necessidades de reprodução do capital e, em consequência, não coloca absolutamente em questão a dominação da forma mercantil e do valor de troca. Ao contrário, no capitalismo tardio, o desenvolvimento do fenômeno chamado "sociedade de consumo" conduz a uma dominação ainda mais evidente dos objetos/mercadorias sobre a vida social e, portanto, a uma intensificação sem precedentes da reificação. Por outro lado, Goldmann tinha razão na sua insistência, apoiando-se no exemplo histórico da URSS, de que a nacionalização dos meios de produção e a planificação econômica não levavam por si sós ao estabelecimento de um mundo humano transparente e não alienado.

No momento em que aparecia o artigo de Goldmann, era publicada a obra de Henri Lefebvre *A Soma e o Resto*, que aborda várias vezes, de maneira estimulante e matizada, as teses de Lukács, sob o título: "A Questão da Alienação". Lefebvre insiste que o pensador húngaro "teve o grande mérito de formular com toda clareza, a partir do *Capital*, a noção de reificação (*Verdinglichung*) no interior do capitalismo"; julga, contudo, que Lukács "obscurece a questão", e dirige-lhe uma série de críticas (a nosso ver, discutíveis): 1) "a reificação ou coisificação das relações sociais na mercadoria e no dinheiro é apenas uma aparência e uma ilusão da consciência burguesa. Ela é ao mesmo tempo real e aparente"<sup>38</sup>. Ora, Lukács não diz outra coisa: ele sublinha precisamente que as formas reificadas "não são, de modo algum, simples formas de pensamento, mas sim formas objetivas da sociedade burguesa atual"<sup>39</sup>. 2) "A crítica da economia política é mais profunda que a economia política, no seu grau de objetividade. O subjetivismo de classe de Lukács o impede, nessa obra, de distinguir os problemas da objetividade, de seus graus e níveis"<sup>40</sup>. Na realidade, Lukács, embora afirme que o "conhecimento que resulta do ponto de vista do proletariado é, objetiva e cientificamente, *mais elevado*", reconhece explicitamente uma "gradação objetiva no valor de conhecimento dos métodos", e se refere à economia política burguesa como "*momento necessário*" do processo de conheci-

38. Henri Lefebvre, *La somme et le reste*, Paris, Le Nef, 1959, vol. II, p. 521.

39. HCC, p. 220.

40. Lefebvre, *op. cit.*, p. 521.

mento<sup>41</sup>. 3) A teoria da reificação é "antes de tudo uma teoria econômica"; Lukács estende demais o conceito e "passa abusivamente das categorias da economia política (divisão de trabalho, mercadoria, dinheiro etc.) à ideologia, à sociologia", "negligencia os níveis, os graus, as especificidades (superestruturas, ideologias, forças sociais)"<sup>42</sup>. A nosso ver, Lukács não ignora a particularidade das diferentes regiões do ser social; considera, contudo, o sistema social do ponto de vista da totalidade, e mostra as consequências específicas sobre os diferentes níveis da sociedade burguesa, da estrutura fundamental do modo de produção capitalista: a forma mercantil, o valor de troca. Este estudo das manifestações extra-econômicas da reificação é precisamente uma das dimensões mais inovadoras e mais ricas da obra de Lukács e da de seu discípulo e continuador Lucien Goldmann.

41. HCC, p. 205, sublinhado pelo autor.

42. Lefebvre, *op. cit.*, p. 563.